EXMO. (a) SR. (a) DR. (a) JUIZ (a) DE DIREITO DA ____
VARA DA COMARCA DE VALINHOS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através de seu representante legal abaixo assinado, no exercício das funções de Promotor de Justiça da Cidadania de Valinhos, nas áreas de improbidade administrativa e patrimônio público, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 129, incisos II e III, da Constituição Federal, 25, inciso IV, letras “a” e “b”, da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), 1º, da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), 1º, 5º e 21 da Lei Federal nº 7.437/85 (Lei da Ação Civil Pública), e 103, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo), ajuizar a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, com pedido liminar, contra LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal de Valinhos, brasileira, casada, portadora do R.G. nº 26.245.600-X- SSP/SP, e inscrita no C.P.F. sob nº 292.817.058-85, com domicílio funcional à Rua Antônio Carlos, nº 301, Centro, Valinhos, CEP: 13.270-000 (Prefeitura Municipal de Valinhos), OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de

Valinhos, brasileiro, portador do R.G. nº 27.0205.952-3, e inscrito no C.P.F. sob nº 259.764.498-75, com domicílio funcional à Rua João Bissotto Filho, nº 600, bairro Bom Retiro, Valinhos, CEP: 13.275-200 (Secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos), MUNICÍPIO DE VALINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 45.787.678/0001-02, representada, nos termos do artigo 75, III, do CPC, por sua Prefeita Municipal, com sede na Rua Antônio Carlos, nº 301, Centro, nesta cidade de Valinhos, LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.590.934/0001-70, com sede na Rua Cristiano Moreira Sales, nº 42 - A, bairro Estoril, Belo Horizonte-MG, CEP: 30.494-360, representada por seus sócios Luiz Francisco dos Anjos Viana, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 23/02/1.943, portador do R.G. nº M-195.975, inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 056.234.646-53, residente e domiciliado à Alameda Ipê, nº 500, bairro Ipê, Nova Lima/MG, CEP 34.004-799, e Luiz Daniel Goulart Viana, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 12/01/1.983, portador do R.G. nº MG-11.609.408, inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 049.721.596-93, residente e domiciliado à Rua Jacarandá, nº 419, apto. 1500, Bloco 2, bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34.006-016, pelas razões de fato e de direito deduzidas a seguir.

I - DOS FATOS

A Promotoria de Justiça da Cidadania de Valinhos instaurou, em 18 de outubro de 2.022, o Inquérito Civil

sob nº 14.0466.0000796/2.022-6 (SEI nº 29.0001.0178007.2.022-60), cf. cópia integral em anexo, a fim de apurar prejuízo ao erário na locação de viatura para a Guarda Civil Municipal de Valinhos, diante dos indicativos de superfaturamento envolvendo o Contrato nº 88/2.022 (Processo Administrativo nº 7.988/2.022 - Processo de Compras nº 84/2.022 - Pregão Presencial nº 09/2.022).

Em agosto de 2.022, o Ministério Público recebeu uma denúncia anônima, noticiando que a Prefeitura Municipal de Valinhos alugou uma viatura para a Guarda Civil Municipal, com superfaturamento, havendo a prática de atos de improbidade administrativa que causaram danos ao erário municipal.

De início, no bojo da Notícia de Fato, no despacho de fls. 24/25, determinou-se a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Valinhos, solicitando informações e documentos sobre a denúncia anônima, para se manifestar, dentre outros pontos que julgar pertinentes e relevantes, (i) enviar cópia do Contrato nº 88/2.022 e de cópia integral do Processo de Compras nº 84/2.022, Pregão Presencial nº 09/2.022, desde a justificativa da contratação, orçamento da Administração Pública, edital/termo de referência, propostas de habilitação e de classificação de todas as empresas, atas de julgamento da classificação e habilitação etc. até a celebração do contrato; (ii) enviar cópia do CRLV e do CRV do veículo automotor que foi entregue pela empresa contratada LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. ao Município de Valinhos, a título de locação, em virtude do contrato em comento, assim como fotos do mesmo; (iii) enviar cópia do CRLV e do CRV do veículo automotor que foi cedido pela Guarda Civil Municipal

de Valinhos para a Secretaria de Mobilidade Urbana, assim como fotos do mesmo, conforme notícia publicada no site da Prefeitura de Valinhos em 04/08/2.022; (iv) explicar o motivo pelo qual realizou a locação de um veículo automotor, se a Guarda Civil Municipal de Valinhos possuía à sua disposição um veículo não utilizado, que foi cedido para a Secretaria de Mobilidade Urbana, conforme notícia publicada no site da Prefeitura Municipal em 04/08/2.022; e (v) além de outras informações e esclarecimentos relevantes para a apuração dos fatos.

O MUNICÍPIO DE VALINHOS respondeu às fls. 51/53, acompanhada de cópia integral do processo licitatório de fls. 54/232.

Dando início à apuração dos fatos, analisando-se a documentação, notou-se que o MUNICÍPIO DE VALINHOS encaminhou cópia integral do Contrato nº 88/2.022, assinado em 12/07/2.022 (Processo Administrativo nº 7.988/2.022 - Processo de Compras nº 84/2.022 - Pregão Presencial nº 09/2.022) celebrado com a empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., bem como a íntegra do procedimento licitatório, de onde se infere a contratação da locação de uma viatura para a GCM, zero km., tipo viatura adaptada, pelo prazo de 12 meses, pelo aluguel mensal de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil Reais) e anual de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil Reais) - (cf. termo de contrato de fls. 214/219 e anexo 01 de fls. 220/229).

Compulsando o procedimento licitatório, nota-se que seu início ocorreu com a justificativa da contratação materializada na Requisição de Serviços nº 123/2.022, datada de 18/02/2.022 (fls. 58), feita pela Secretaria de Segurança Pública e Cidadania, assinada pelo responsável OSMIR APARECIDO

CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos, e constou da justificativa:

Justificativa de Compra
FAZ-SE NECESSÁRIO A ABERTURA DESTE CERTAME LICITATÓRIO, O QUAL TEM POR OBJETO CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UMA) VIATURA ZERO QUILOMETRO, ADAPTADAS PARA USO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE VALINHOS. DESTACAMOS QUE TAL AQUISIÇÃO SERÁ UTILIZADO PELA EQUIPE DE RONDA OSTENSIVA MUNICIPAL (ROMU) DA GUARDA MUNICIPAL DE VALINHOS (GMV), PARA PROTEÇÃO SISTÊMICA DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO E COMUNITÁRIO, ALÉM DE FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 13.022 DE 08 DE AGOSTO DE 2014, DEFINIDA COMO ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS.

Constou também no mesmo documento o orçamento prévio da Administração Pública, vale dizer, o valor mensal do aluguel de R\$ 29.461,66 e anual de R\$ 353.540,00:

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.50.09.0123-2	LOC	12,000	-29.461,6667	353.540,0000

Em seguida, LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, autorizou a abertura do processo licitatório (fls. 58).

Perceba-se que não constou na Requisição de Serviços nº 123/2.022, datada de 18/02/2.022, e em nenhum documento anexo, um estudo detalhado dos motivos pelos quais a locação seria a melhor opção do que a compra, nem a indicação de quantas viaturas a Guarda Civil Municipal possuía, quantos guardas municipais estão em atividade e a exposição da efetiva necessidade da locação ou mesmo da compra.

Some-se a isso que os valores mensais (R\$ 29.461,66) e anual (R\$ 353.540,00) foram elaborados apenas com base no montante do aluguel da viatura, sem incluir outras despesas (manutenção, seguro etc.).

De forma ilegal e irregular, constou no termo de referência do pregão (fls. 59/68) e no instrumento do Contrato nº 88/2.022 (fls. 214/219), que os valores orçados como preço de locação seriam, na verdade, devidos em favor da contratada para remunerar não só a locação, mas também outros serviços adicionais, tais como manutenção e seguro da viatura.

Conforme será explorado abaixo, a ausência de discriminação e de orçamentos específicos para os serviços adicionais (manutenção, seguro etc.) e das adaptações exigidas pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS foi um artifício fraudulento utilizado pelos requeridos, em conluio, para conferir aparência de legalidade a um preço superfaturado, dificultar ou obstaculizar a detecção da fraude pelos órgãos de controle e para permitir a destruição do patrimônio público municipal.

Apurou-se também que a empresa contratada LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. apresentou a opção de oferta do veículo Toyota SW4 2.8 TDI SRX 7L 4WD 2.022, Diesel (cf. proposta de fls. 197/202), que foi aceito pela Prefeitura Municipal, em decisão proferida por OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania, datada de 23/06/2.022 (fls. 194).

Este Órgão realizou pesquisa na tabela FIPE pelas características do veículo apresentado na proposta da empresa contratada (cf. proposta de fls. 197/202) e apurou que o preço de aquisição de tal veículo varia entre R\$ 421.773,00 (quatrocentos e vinte e um mil e setecentos e setenta e três Reais) e R\$ 432.238,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e duzentos e trinta e oito Reais), conforme pesquisas acostadas às fls. 241/242.

Até aquele momento, a despeito de ser uma estimativa, o valor do aluguel de apenas 12 (doze) meses

corresponde a quase o valor de mercado de um veículo automotor, que possui longa vida útil, sobressaíram fortes indícios de superfaturamento, razão pela qual instaurou-se o Inquérito Civil para apurar os fatos.

Ao final da investigação, conforme será narrado e foi elucidado pelas provas produzidas no Inquérito Civil, comprovou-se, na verdade, que a estimativa inicial do *Parquet* estava ainda defasada, pois o prejuízo ao erário municipal era muito superior ao imaginado e o valor do sobrepreço calculado foi de R\$ 16.899,13 (dezesesseis mil e oitocentos e noventa e nove Reais e treze centavos) por mês, num total de R\$ 202.789,56 (duzentos e dois mil e setecentos e oitenta e nove Reais e cinquenta e seis centavos) por ano.

Logo, para cada mês de vigência do contrato administrativo fraudulento ora impugnado, o prejuízo causado aos cofres públicos, de maneira dolosa e fraudulenta, é de R\$ 16.899,13 e, se o contrato não for suspenso imediatamente, o desvio de recursos públicos alcançará o patamar anual de R\$ 202.789,56.

Na Portaria de instauração do Inquérito Civil, determinou-se:

(i) a elaboração de Parecer Técnico pelo CAEX-MP sobre o procedimento licitatório e o contrato administrativo, para apurar se houve superfaturamento na locação da viatura para a Guarda Civil Municipal de Valinhos;

(ii) a intimação da PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS e da empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES Ltda., para prestarem informações

pormenorizadas sobre os ilícitos investigados e, em relação aos agentes públicos, para que também esclareçam a participação de cada um deles nos fatos investigados.

Consigne-se que a empresa investigada LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. sequer apresentou resposta em quatro meses de tramitação do Inquérito Civil.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS, por intermédio, sobretudo, dos Secretários de Licitação, CRISLÂNIO LOPES DA SILVA, e do Secretário de Segurança Pública e Cidadania, OSMIR APARECIDO CRUZ, prestaram informações às fls. 264/287, documento datado de 07/11/2.022, acompanhada dos documentos de fls. 288/386, para justificar a realização da licitação na modalidade pregão e a escolha da locação em vez de compra.

Analisando-se as informações, colhe-se que, em sua maioria, são alegações genéricas sobre a legislação e doutrina das licitações, sobre estudos realizados em outros órgãos públicos e de anos atrás e pouco ou quase nada de novo em relação a esta investigação.

Além disso, verifica-se que a resposta foi improvisada, tanto que a fundamentação constante no item 2.2 (*"Da vantagem econômica"*) da resposta dos agentes públicos investigado e do MUNICÍPIO DE VALINHOS sequer constou na Requisição de Serviços nº 123/2.022, datada de 18/02/2.022 (fls. 58) e foi inserida posteriormente em 07/11/2.022 (fls. 288). A documentação nova apresentada de fls. 288/386 não instruiu sequer o procedimento licitatório.

A Prefeitura apresentou apenas um orçamento da empresa REFAM SERVIÇOS ESPECIAIS, datado

de 07/11/2.022 (fls. 380/381), dos valores das reformas necessárias para adaptar um veículo para servir como viatura, e três cotações de seguro colhidas em data indeterminada (fls. 288).

Note-se que os orçamentos de fls. 288 e 380/381 foram feitos após a celebração do contrato administrativo e posterior à instauração do Inquérito Civil, de maneira informal, sem nenhuma credibilidade, e as cotações do seguro sequer possuem a data. Em relação aos serviços de adaptação da viatura, além de se tratar de apenas um orçamento (fls. 380/381) e que deveria ter sido providenciado ainda na fase interna da licitação antes de 18/02/2.022 (data da Requisição de Serviços nº 123/2.022, que foi a justificativa para a contratação), trata-se do documento que nada socorre os requeridos, diante das robustas provas de superfaturamento na licitação e no contrato investigado.

De toda forma, na resposta de fls. 283/284, os agentes públicos esboçaram uma divisão de preços inexistente em nenhum documento que instruiu o procedimento licitatório, que foi elaborada posteriormente. Veja-se tal informação apresentada à fls. 283 que somente foi elaborada após a instauração do inquérito civil:

O valor para se adaptar tal veículo, conforme edital, perfaz o montante de R\$ 94.615,00 (noventa e quatro mil seiscentos e quinze reais), conforme orçamento em anexo.

Ainda, faz referência ao “orçamento em anexo”, referindo-se ao orçamento elaborado em 07/11/2.022

Total	R\$ 94.615,00
-------	---------------

2. **Condições de entrega e instalação**
Prazo de fabricação dos materiais: a combinar
3. **Condições de pagamento**
Faturado para 30 dias, após a emissão da NF.
4. **Validade da proposta**
30 (trinta) dias.

Tatuí, 07 de Novembro de 2022.

Graziella Maria Guedes Costa Pasztetnik
REFAM SERVIÇOS ESPECIAIS

(fls. 380/381):

Ocorre que não consta a discriminação dos valores dos alugueis, das reformas exigidas no veículo para servir como viatura, da prestação de serviços de manutenção e do seguro na Requisição de Serviços nº 123/2.022, datada de 18/02/2.022 (fls. 58) e no orçamento prévio da Administração Pública (fls. 71), elaborado a partir da cotação apresentada pelas empresas NOGUEIRA E NOGUEIRA JUNIOR LTDA. (nome fantasia é VIABRASIL MOBILITY) - (fls. 73/80), GERMÂNICA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. (fls. 81/89) e CREDICAR LOCADORA DE VEÍCULOS (fls. 90/96), nem no termo de referência do pregão (fls. 59/68) nem no instrumento do Contrato nº 88/2.022 (fls. 214/219 e anexo 01 de fls. 220/229).

Nesse exato sentido, é a observação da Perita do CAEX-MP (fls. 403):

Nem as propostas de preços enviadas, nem o contrato, discriminam os valores que compõe o custo da locação, para que se possa considerar somente como o valor do veículo e o que se refere aos serviços envolvidos na locação.

A discriminação dos preços de fls. 283/284 foi efetuada posteriormente, não sendo sequer de conhecimento dos agentes públicos requeridos quando da abertura da licitação.

Ademais, na resposta ao ofício expedido no Inquérito Civil, os agentes públicos apresentaram um relatório

final de auditoria operacional realizada na Polícia Militar do Distrito Federal pelo Tribunal de Contas, referente ao ano de 2.018 (fls. 292/375), para tentar demonstrar a vantagens da locação em relação à compra, entretanto, tal estudo é de outro órgão público, de outro Estado da Federação, de quatro anos atrás, sem nenhuma relação com a situação da Prefeitura Municipal de Valinhos e, ainda que aplicável, não foi o fundamento utilizado para a licitação e o contrato impugnado nesta ação e sequer instruiu o procedimento licitatório.

A ausência de motivação contemporânea aos fatos é um elemento de prova da ilegalidade qualificada.

A respeito do assunto, como bem coloca Edilson Vitorelli, comentando o art. 20 da LINDB¹:

“Em síntese, o dever de fundamentação das decisões administrativas, que já decorre do princípio republicano, dos princípios e regras de transparência administrativa e de accountability, foi agregado, pela LINDB, ao dever de motivar levando em conta as consequências práticas da decisão. Se faltar a fundamentação acerca dessas consequências, o ato administrativo deverá ser considerado inválido, eis que contrário ao texto da lei. (p.203)

(...)

A indicação das consequências da decisão deve, por força da disposição da LINDB em análise, constar da motivação dos atos administrativos. Essa ponderação não pode ser implícita, nem pode ser

¹ Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

posterior à elaboração do ato. Ao contrário, ela deve ser explícita e contemporânea a sua produção. Quanto mais relevante ou impactante for, sobre o grupo social, o ato administrativo a ser praticado, mais minuciosas devem ser as ponderações acerca das consequências. Do mesmo modo, a motivação também deve ser tão mais detalhada quanto mais abstrato for o valor jurídico que a decisão pretende realizar. Supremacia do interesse público, conveniência e oportunidade são conceitos jurídicos altamente abstratos, de modo que os atos administrativos discricionários sempre demandarão maior fundamentação acerca das consequências previstas pelo gestor” (p. 211) (VITORELLI, Edilson. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./dez. 2019.) – destaque nosso.

O contrato investigado possui objeto misto (locação + serviços + compra) e somente foi elaborado um orçamento superfaturado do aluguel da locação, sem discriminar o valor dos demais itens, violando a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1.993), que se aplica subsidiariamente ao pregão (art. 9º da Lei do Pregão), e a Lei nº 10.520/2.002.

De acordo com o artigo 14 da Lei nº 8.666/1.993, nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, enquanto o art. 3º, inc. II, da Lei nº 10.520/2.002 dispõe que, na fase preparatória do pregão, deverá haver a definição do objeto de maneira precisa, suficiente e clara, e, no inciso III, determina que *“dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão*

ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados”.

O Parecer Técnico do CAEX-MP, elaborada por Perita Economista, foi acostado às fls. 389/406 e apresentou provas fortes de superfaturamento.

A Perita elaborou duas pesquisas de preços de maneira distintas: (i) foram pesquisados os valores de locação de veículos, com as mesmas modificações feitas nos veículos locados por Valinhos, na BEC (Bolsa Eletrônica de Compras); e (ii) foi pesquisado o valor da locação de veículos 4x4 nos cadernos de preços referenciais de serviços terceirizados publicados pelo governo estadual (CADTERC).

Em seguida, elaborou-se uma média de preço de locações de veículos, com as mesmas modificações técnicas feitas no veículo locado pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS, chegando-se ao resultado de que o preço médio e justo de mercado de locação de viatura é de R\$ 12.100,87 (doze mil e cem Reais e oitenta e sete centavos).

Tabela 1 – Comparativo de Preços

Dados	Quantidade	Valor Mensal Unitário
Valinhos	1	29.000,00
Praia Grande	9	13.700,00
Sertãozinho	3	10.501,74
CadTerc	NA	8.460,64

Rememore-se que o contrato celebrado pelos requeridos possui o valor de aluguel de R\$ 29.000,00, demonstrando o elevado superfaturamento na ordem de R\$ 16.899,13 por mês.

A conclusão pericial foi a de que o preço licitado no contrato investigado foi objeto de superfaturamento.

E não é só. A análise minuciosa do Parecer Técnico do CAEX-MP concluiu que não só o preço final do Contrato nº 88/2.022 estava, absurdamente, superfaturado, mas também todos os orçamentos preliminares coletados pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS para formar o orçamento da Administração Pública.

Dito de outra forma, todos os orçamentos apresentados pelas empresas NOGUEIRA E NOGUEIRA JUNIOR LTDA. (nome fantasia é VIABRASIL MOBILITY) - (fls. 73/80 - R\$ 24.385,00), GERMÂNICA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. (fls. 81/89 - R\$ 29.000,00), CREDICAR LOCADORA DE VEÍCULOS (fls. 90/96 - R\$ 35.000,00) são inidôneos e foram utilizados, de maneira enganosa, para legitimar o desvio de recursos públicos.

Constou do parecer do CAEX-MP (fls. 400):

Os orçamentos acostados aos autos estão substancialmente acima do preço médio de mercado encontrado (R\$12.100,87), sendo a proposta da empresa vencedora do certame, inicialmente, a maior de todas. Porém, o que mais se destaca é o fato de a proposta da empresa ViaBrasil Mobility (Figura 6 - R\$24.385,00) ser em valor **inferior** ao preço final licitado (R\$29.000,00).

De mais a mais, realizou-se nova apuração do preço real de compra e venda de viaturas modificadas nos mesmos termos do Contrato nº 88/2.022 celebrado entre o MUNICÍPIO DE VALINHOS e a LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. e foram encontradas três licitações, uma da Polícia Militar de São Paulo, uma da Polícia Civil de São Paulo e uma da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Os preços unitários de compra foram tabelados e a média foi calculada.

Como resultado, comprovou-se ainda mais o superfaturamento do contrato investigado:

Tabela 2 – Preço Médio de Aquisição de SUVs Adaptadas

Comprador	Quantidade	Preço Unitário
Polícia Militar de SP ⁷	1.000	250.000,00
Polícia Civil de SP ⁸	80	267.500,00
Secretaria de Segurança Pública de SP ⁹	150	222.000,00
Média		246.500,00

Ou seja, em 8 meses e meio de locação pelo valor pago por Valinhos, seria possível adquirir um veículo SUV modificado novo. Mesmo considerando os outros custos envolvidos na locação de veículos que não fazem parte do preço de compra, a diferença parece injustificavelmente desproporcional.

Consigne-se também que a Perita do CAEX-MP concluiu (fls. 405) que o tempo médio de vida útil de um veículo automotor objeto do Contrato nº 88/2.022, período em que ele poderia ser utilizado pela Administração Pública, caso a opção fosse a de compra, é de quatro anos, aproximadamente, tomando como base a legislação fiscal e as regras aplicáveis aos veículos especiais.

Com efeito, a análise do CAEX-MP ainda é conservadora e tomada como base apenas a vida útil de quatro anos, todavia, as regras de experiência comum subministradas pelo que ordinariamente acontece e o conhecimento de mundo (CPC, art. 375) permitem concluir que, na prática, a Guarda Civil Municipal de Valinhos, assim como outras forças de segurança pública, tais como a Polícia Militar, frequentemente, utilizam viaturas por muito mais tempo, tais como por dez anos.

Consigne-se que qualquer administrador público sério e probo que opte por realizar a locação de bens para atender uma necessidade permanente da Administração Pública, certamente, quando do planejamento da fase interna da licitação, possui a vontade de realizar a renovação anual dos contratos.

Não é por outra razão que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1.993) estabelece que determinados contratos, que atendam às necessidades permanentes do Poder Público, podem ser sucessivamente prorrogados: o contrato de prestação de serviços e fornecimentos contínuos pode ser prorrogado até seis anos ou 72 meses (art. 57, II e § 4º), enquanto contratos de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática podem ser prorrogados em até 48 meses, ou quatro anos (art. 57, inc. IV).

De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1.993, art. 57, inc. IV), é possível prorrogar a vigência de contratos administrativos de aluguel por até 48 meses ou quatro anos.

Saliente-se que a locação de uma viatura para ser utilizada pela Guarda Civil Municipal visa atender a uma necessidade permanente da Administração Pública, qual seja, a prestação de serviço público de segurança pública, razão pela qual se infere, com absoluta certeza, que o plano fraudulento elaborado por LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, em conluio com OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos, é prorrogar o Contrato nº 88/2.022 pelo prazo máximo de 04 anos e, com isso, causar expressivo prejuízo aos cofres públicos.

De todo modo, ainda que considerado o tempo de quatro anos da legislação fiscal, e não o de dez anos inferido do que realmente acontece na realidade, o prejuízo a ser causado aos cofres públicos em caso de não suspensão imediata do contrato será gigantesco e o valor desviado em favor da empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. seria suficiente

para comprar 05 veículos novos, com modificações no mesmo padrão das exigidas pela Prefeitura de Valinhos.

Levando-se em consideração o valor do contrato superfaturado, ora impugnado nesta ação, um veículo novo poderia ser adquirido com o equivalente a 8,5 meses de locação (cf. conclusão do CAEX-MP de fls. 406). Tal análise aponta para a existência de sobrepreço e de prejuízo ao erário na contratação. Consta do Parecer Técnico do CAEX (fls. 405):

O aluguel do veículo, pelo valor contratual, no período de quatro anos (considerado como o tempo de vida útil pela legislação fiscal), totaliza R\$1.392.000,00.

Mesmo considerando todas as ressalvas apresentadas na seção 3.3 acerca dos outros serviços envolvidos na locação de um veículo, o valor contratual aponta para a possível desobediência aos princípios da economicidade e legitimidade, uma vez que o valor total da locação de um veículo, durante quatro anos, equivale à compra de **5,65** veículos novos com modificações no mesmo padrão das exigidas por Valinhos. Não parece razoável que os outros serviços envolvidos numa locação justifiquem uma diferença de preço de tal monta.

Desta forma, restou comprovada a prática do ato de improbidade administrativa que causou danos ao erário por meio do superfaturamento na locação de viatura da Guarda Civil Municipal de Valinhos. Confirma-se também:

O superfaturamento é ainda mais passível de mensuração quando comparada a locação realizada pela Prefeitura de Valinhos com outras locações de veículos semelhantes. Conforme os dados apresentados na seção 3.1, o preço médio encontrado para esse serviço foi de R\$12.100,87 por mês. O sobrepreço calculado com base nesse valor é de **R\$16.899,13 por mês, num total de R\$202.789,56 por ano:**

Figura 11 – Sobrepreço calculado

CONTRATO Nº 88/2022			BEC	DIFERENÇA		
ITEM	QTDE (MESES)	UNIT. R\$	UNIT. R\$	UNIT. R\$	%	SOBREPREÇO R\$
Locação de Veículo Modificado	12	29.000,00	12.100,87	16.899,13	58	202.789,56

(Parecer Técnico do CAEX - fls. 406)

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

II - DA TIPICIDADE OBJETIVA DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A Constituição Federal de 1.988 dispõe:

“Art. 37. A administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte:

§ 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade e ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, se prejuízo da ação penal cabível”.

Com o escopo de conferir densidade normativa ao indigitado preceito constitucional, foi editada a Lei nº 8.429/1.992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de improbidade no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

A Lei de Improbidade Administrativa brasileira, em vigor há mais de 30 anos, representou um avanço significativo no combate à corrupção, na proteção da tutela do patrimônio público e na recuperação de recursos públicos desviados.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade fixar os fundamentos da Lei de Improbidade Administrativa:

“(…) 1. A Lei de Improbidade Administrativa, de 2 de junho de 1992, representou uma das maiores conquistas do povo brasileiro no combate à corrupção e à má gestão dos recursos públicos.

2. O aperfeiçoamento do combate à corrupção no serviço público foi uma grande preocupação do legislador constituinte, ao estabelecer, no art. 37 da Constituição Federal, verdadeiros códigos de conduta à Administração Pública e aos seus agentes, prevendo, inclusive, pela primeira vez no texto constitucional, a possibilidade de responsabilização e aplicação de graves sanções pela prática de atos de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, da CF).

3. A Constituição de 1988 privilegiou o combate à improbidade administrativa, para evitar que os agentes públicos atuem em detrimento do Estado, pois, como já salientava Platão, na clássica obra REPÚBLICA, a punição e o afastamento da vida pública dos agentes corruptos pretendem fixar uma regra proibitiva para que os servidores públicos não se deixem "induzir por preço nenhum a agir em detrimento dos interesses do Estado".

4. O combate à corrupção, à ilegalidade e à imoralidade no seio do Poder Público, com graves reflexos na carência de recursos para implementação de políticas públicas de qualidade, deve ser prioridade absoluta no âmbito de todos os órgãos constitucionalmente institucionalizados.

5. A corrupção é a negativa do Estado Constitucional, que tem por missão a manutenção da retidão e da honestidade na conduta dos negócios públicos, pois não só desvia os recursos necessários para a efetiva e eficiente prestação dos serviços públicos, mas também corrói os pilares do Estado de Direito e contamina a necessária legitimidade dos detentores de cargos públicos, vital para a preservação da

Democracia representativa” (...) (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18/08/2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

Ao agir da forma narrada, os requeridos incorreram na tipificação prevista pelo artigo 10, inciso V, da Lei nº 8.429/1.992, definidor dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado”.

Conforme visto acima, restou comprovado o superfaturamento na locação de viatura para a Guarda Civil Municipal de Valinhos.

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, é agente político ocupante de mandato eletivo, enquanto OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos, é servidor público ocupante de cargo público em comissão de livre nomeação e exoneração pela

Prefeita Municipal, enquadrando-se na categoria de agente público (art. 2º da LIA).

Por sua vez, a empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. é particular que, em conluio, de maneira dolosa e fraudulenta com os agentes públicos, concorreu dolosamente para a prática do ato de improbidade administrativa e foi a beneficiária direta pelo superfaturamento da licitação e do contrato, devendo responder por força da norma prevista no artigo 3º da Lei nº 8.429/1.992.

O MUNICÍPIO DE VALINHOS, na verdade, é vítima dos fatos praticados pelos demais requeridos (agentes públicos e particular contratada), possuindo legitimidade passiva, pois a decretação da nulidade do contrato administrativo implicará, necessariamente, a afetação de sua esfera jurídica, e a manifestação de sua vontade está maculada, pois está sendo administrada pela agente pública requerida.

O MUNICÍPIO DE VALINHOS celebrou o Contrato nº 88/2.022, assinado em 12/07/2.022 com a empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., para a contratação da locação de uma viatura para a GCM, zero km., tipo viatura adaptada, pelo prazo de 12 meses, pelo aluguel mensal de R\$ 29.000,00 e anual de R\$ 348.000,00 .

Todavia, restou solidamente demonstrado que se trata de contrato superfaturado e o valor do sobrepreço calculado foi de R\$16.899,13 (dezesseis mil e oitocentos e noventa e nove Reais e treze centavos) por mês, num total de R\$ 202.789,56 (duzentos e dois mil e setecentos e oitenta e nove Reais e cinquenta e seis centavos) por ano.

E não é só, apurou-se que todos os orçamentos preliminares coletados (fls. 58 c.c. 71) pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS para formar o orçamento da Administração Pública estavam superfaturados, eram inidôneos e foram utilizados,

fraudulentamente, para formar o orçamento da Administração Pública constante na Requisição de Serviços nº 123/2.022, datada de 18/02/2.022.

Ainda, infere-se que o plano visando ao desvio e dilapidação do patrimônio público é prorrogar o referido contrato de locação pelo menos pelo prazo de 04 (quatro) anos (Lei nº 8.666/1.993, art. 57, inc. IV), causando um elevado prejuízo aos cofres públicos, em valor suficiente para comprar 5,65 viaturas novas com modificações no mesmo padrão das exigidas pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS.

Logo, o contrato fraudulento merece ser imediatamente suspenso.

Como o referido contrato foi assinado em 12/07/2.022 (cf. termo de contrato de fls. 214/219) e que o valor mensal de sobrepreço calculado foi de R\$ 16.899,13, estima-se que o prejuízo ao erário, "efetiva e comprovadamente" (art. 10, *caput*, da LIA, redação dada pela Lei nº 14.230/2.021), em, aproximadamente, oito meses de contrato (julho de 2.022 até fevereiro de 2.023), seja de R\$ 135.193,04 (cento e trinta e cinco mil, cento e noventa e três Reais e quatro centavos).

Todavia, o valor total do prejuízo ao erário pode ser maior, dependendo do tempo que o contrato permanecer vigente e não for suspenso.

Em síntese, verifica-se que os requeridos causaram lesão ao erário municipal, compreendido como o conjunto de bens que compõem o patrimônio público, na medida em que promoveram a locação de veículo automotor por preço superior ao de mercado.

Cada um dos agentes públicos atuou no procedimento de dispensa de forma dolosa.

O requerido OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos, foi o responsável por elaborar a justificativa da contratação, materializada na Requisição de Serviços nº 123/2.022, datada de 18/02/2.022 (fls. 58), feita pela Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

Ainda, de maneira dolosa, instruiu o orçamento prévio da Administração Pública superfaturado, já a partir de orçamentos preliminares com sobrepreço apresentados pelas empresas NOGUEIRA E NOGUEIRA JUNIOR LTDA. (nome fantasia é VIABRASIL MOBILITY) - (fls. 73/80), GERMANICA LOCADORA DE VEÍCULOS LDA. (fls. 81/89), CREDICAR LOCADORA DE VEÍCULOS (fls. 90/96).

A requerida LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, em conluio, autorizou a abertura do procedimento licitatório (fls. 58).

Os agentes públicos requeridos, PREFEITA MUNICIPAL e SECRETÁRIO MUNICIPAL também foram os responsáveis por apresentar um orçamento genérico apenas do valor da locação de uma viatura, sem realizar uma discriminação e de orçamentos específicos para os serviços adicionais (manutenção, seguro etc.) e das adaptações exigidas pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS, como um artifício fraudulento para dificultar ou obstaculizar a detecção da fraude pelos órgãos de controle, em violação às regras de discriminação do objeto e de orçamento de todos os bens, produtos e serviços, violando o art. 14 da Lei nº 8.666/1.993, e art. 3º, incs. II e III, da Lei nº 10.520/2.002.

De mais a mais, LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, e OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos, também não apresentaram os “os indispensáveis elementos técnicos” a que se refere o art. 3º, inc. II, da Lei nº 10.520/2.002.

Dentre outras omissões deliberadas, não elaboraram um estudo detalhado dos motivos pelos quais a locação seria a melhor opção do que a compra e venda, nem a indicação de quantas viaturas a Guarda Civil Municipal possuía, quantos guardas municipais estão em atividade e a exposição da efetiva necessidade da locação em vez da compra.

Tudo a demonstrar que, desde o início, não buscavam a locação de uma viatura para a GCM, mas sim o desvio de dinheiro público.

O requerido OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania, também proferiu a decisão, datada de 23/06/2.022 (fls. 194), por meio do qual aceitou a opção de oferta do veículo Toyota SW4 2.8 TDI SRX 7L 4WD 2022, Diesel (cf. proposta de fls. 197/202) oferecida pela empresa contratada LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., para cumprir os termos do contrato.

O requerido OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos também foi quem proferiu a decisão de promover a adjudicação do objeto da licitação a empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., conforme decisão datada de 24/06/2.022 (fls. 203), mesmo sabendo de todas as ilegalidades.

Num cenário de fraudes generalizadas, LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, chancelou toda a fraude e as decisões de OSMIR APARECIDO CRUZ e homologou o procedimento licitatório em decisão proferida no mesmo dia da adjudicação, em 24/06/2.022 (cf. deliberação de fls. 204).

A requerida LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, em conluio, além de autorizar a abertura do procedimento licitatório (fls. 58) e homologar o

procedimento licitatório (fls. 204), também assinou o Contrato nº 88/2022 (cf. termo de contrato de fls. 214/219).

Some-se a isso que os requeridos LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita Municipal, e OSMIR APARECIDO CRUZ, Secretário de Segurança Pública e Cidadania de Valinhos, assinaram o Contrato nº 88/2.022 (cf. termo de contrato de fls. 214/219), representando o Município de Valinhos.

Nem se argumente que os demandados não tinham ciência das diversas infrações e ilegalidades de suas condutas.

Ora, as regras da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional são de conhecimento obrigatório de qualquer pessoa, independentemente de seu grau de instrução.

Ademais, os agentes públicos requeridos possuem formação acadêmica e experiência em seus cargos (ensino superior e o conhecimento prático do atuar da Administração Pública) e tinham plena consciência das ilegalidades.

Sem prejuízo, o dolo se faz presente na flagrante violação à Lei de Licitações.

Portanto, não paira nenhuma dúvida de que os atos praticados por LUCIMARA GODOY VILAS BOAS e OSMIR APARECIDO CRUZ foram os responsáveis diretos por causar danos ao erário público municipal.

Do mesmo modo, não paira nenhuma dúvida da responsabilidade da empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., por ter concorrido, dolosamente, para a perpetração da lesão ao erário municipal, sendo a principal beneficiária do

dinheiro público desviado, por ter celebrado contrato administrativo superfaturado.

III - DA TIPICIDADE SUBJETIVA DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Além da tipicidade objetiva dos atos de improbidade administrativa, o dolo específico também se faz presente, ainda que consideradas as recentes reformas na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/2.021.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção de Mérida), introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2.006, é possível inferir o dolo (“conhecimento, intenção e propósito”) dos atos de corrupção analisando-se as circunstâncias do caso concreto. Confira-se:

“Artigo 28

O conhecimento, a intenção ou o propósito que se requerem como elementos de um delito qualificado de acordo com a presente Convenção poderão inferir-se de circunstâncias fáticas objetivas”.

Nesse contexto, é possível notar que os requeridos agiram de maneira dolosa, com o claro propósito de causar dano ao patrimônio público e favorecer a empresa contratada.

Da mesma forma que é possível aferir o dolo e sua intensidade do assassino pelo número de facadas ou de tiros alvejados contra a vítima; do receptador pela proximidade da data do furto ou roubo da coisa e da sua localização em posse do

agente; do estelionatário pelo número elevado de vítimas ou o alto prejuízo patrimonial causado; e do lavador de dinheiro pela utilização de sofisticado *modus operandi* no crime de lavagem de capitais (v.g. simulação de contratos de consultoria, uso de empresas offshore, emprego de laranjas, operação dólar-cabo etc.), é possível aferir o dolo específico dos atos de improbidade administrativa das circunstâncias fáticas objetivas.

Outrossim, comprovada a prática da conduta ilícita (elemento objetivo do ato de improbidade), infere-se das circunstâncias factuais objetivas o dolo deliberado de causar danos aos cofres públicos.

Perceba-se, *in casu*, que não se está diante de mero dolo de natureza civil, mas um dolo elevado, com muita intensidade e voracidade, digno de um dolo direto de primeiro grau do Direito Penal.

Ademais, os agentes públicos requeridos possuem formação acadêmica e experiência em seus cargos (ensino superior e o conhecimento prático do atuar da Administração Pública) e tinham plena consciência das ilegalidades, o que é reforçado pela Prefeita Municipal ser Capitã da Polícia Militar.

Sem prejuízo, o dolo se faz presente na flagrante violação à Lei de Licitações.

Portanto, não paira nenhuma dúvida de que os atos praticados por LUCIMARA GODOY VILAS BOAS e OSMIR APARECIDO CRUZ foram os responsáveis diretos por causar danos ao erário municipal.

Do mesmo modo, não paira nenhuma dúvida da responsabilidade da empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., por ter concorrido, dolosamente, para a perpetração da lesão ao erário, sendo a principal beneficiária do dinheiro

público desviado, por ter celebrado contrato administrativo superfaturado.

No caso dos autos, verifica-se que um cenário de fraudes generalizadas em que não só o preço final do contrato estava superfaturado, mas todos os orçamentos preliminares que serviram de base para o orçamento da Administração Pública.

Perceba-se que nem as propostas de preços enviadas durante a fase interna da licitação, nem as apresentadas durante a licitação, nem o Contrato nº 88/2.022 discriminaram os valores que compõe o custo da locação, para que se pudesse considerar somente como o valor do veículo e o que se refere aos serviços envolvidos na locação, sendo que o único orçamento elaborado foi feito muito após a assinatura do contrato em 07/11/2.022 (fls. 380/381) e após a instauração do inquérito civil.

Ainda, “os indispensáveis elementos técnicos” a que se refere o artigo 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/2.002 não foram criados e apresentados.

O único estudo apresentado pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS foi um relatório final de auditoria operacional realizada na Polícia Militar do Distrito Federal pelo Tribunal de Contas, referente ao ano de 2.018 (fls. 292/375), que é de outro órgão público, inaplicável à situação de Valinhos e realizado há 04 (quatro) anos atrás, e sequer instruiu o procedimento licitatório contestado nesta ação (Processo Administrativo nº 7988/2.022 - Processo de Compras nº 84/2.022 - Pregão Presencial nº 09/2.022).

De acordo com a consolidada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a Lei de Improbidade Administrativa não visa punir o agente público inábil ou incompetente, mas sim o desonesto, o corrupto, aquele

desprovido de lealdade e boa-fé,² e é exatamente desse último tipo de administradores públicos de que cuida esta ação.

Consta dos autos que os requeridos agiram dolosamente, com o dolo específico de atingir o resultado previsto no artigo 10 da LIA e causar prejuízo ao erário municipal.

A conduta dos requeridos exala má-fé pura e foi praticada com mais forte modalidade de dolo, o direto de primeiro grau, e marcada por um elevado nível de desonestidade.

Por ocasião da dosimetria da pena na r. sentença a ser proferida ao final, a pena deve ser dosada com proporcionalidade e razoabilidade. De todo modo, considerando a superlativa gravidade dos fatos e o enorme prejuízo que os requeridos pretendiam causar aos cofres públicos, bem como a elevada intensidade do seu dolo específico, a prudência e as exigências de justiça recomendam a fixação das sanções previstas no art. 12, inc. II, da Lei nº 8.429/1.992, no máximo legal, ou próximo do máximo, para punir exemplarmente os atos de corrupção na seara da improbidade administrativa.

IV – DA NULIDADE DO CONTRATO

Conforme solidamente demonstrado no inquérito civil, o contrato administrativo investigado foi objeto de superfaturamento, razão pela qual ele merece ser decretado nulo.

² Precedentes: AgRg no REsp 1.500.812/SE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/5/2015; e REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/6/2015.

Assim sendo, foi pesquisado o preço de mercado de veículos com modificações semelhantes às exigidas por Valinhos. A locação pelo custo licitado por Valinhos, num período de 4 anos¹⁰, equivale à compra de **5,65** veículos SUV adaptados, consoante o preço de mercado calculado e apresentado na seção 3.3. Ainda tendo em mente esse valor, um veículo novo poderia ser adquirido com o equivalente a **8,5** meses de locação. Tal análise aponta para a existência de sobrepreço e de prejuízo ao erário na contratação de Valinhos.

O superfaturamento é ainda mais passível de mensuração quando comparada a locação realizada pela Prefeitura de Valinhos com outras locações de veículos semelhantes. Conforme os dados apresentados na seção 3.1, o preço médio encontrado para esse serviço foi de R\$12.100,87 por mês. O sobrepreço calculado com base nesse valor é de **R\$16.899,13 por mês, num total de R\$202.789,56 por ano:**

(Parecer Técnico do CAEX - fls. 406)

Em sendo nulo, por corolário, mostra-se impossível a convalidação e não produz efeitos válidos no mundo jurídico, por ser praticado em violação das normas jurídicas em vigor, sobretudo, art. 37, § 4º, da Constituição Federal e dos arts. 49, § 2º e 59 da Lei nº 8.666/1.993:

“Art. 49.

§ 2º. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos”.

E da nulidade do contrato decorre a obrigação de desconstituição de seus efeitos, principalmente, o ressarcimento dos danos causados ao erário (art. 942 do Código Civil e art. 37, § 4º, da Constituição Federal).

V - DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA: SUSPENSÃO DO CONTRATO

No caso em tela, impõe-se a concessão de medida liminar, nos termos do art. 300 do C.P.C., uma vez que estão perfeitamente caracterizados os seus requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*fumus boni iuris* e o *periculum in mora*).

A probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) evidencia-se pelas provas de superfaturamento do valor da locação da viatura.

Apurou-se que o valor do sobrepreço calculado foi de R\$ 16.899,13 (dezesesseis mil e oitocentos e noventa e nove Reais e treze centavos) por mês, num total de R\$ 202.789,56 (duzentos e dois mil e setecentos e oitenta e nove Reais e cinquenta e seis centavos) por ano.

Levando-se em consideração o valor do contrato superfaturado ora impugnado nesta ação, e se ele continuar vigente e não for suspenso imediatamente, um veículo novo poderia ser adquirido com o equivalente a 8,5 meses de locação (cf. conclusão do CAEX-MP de fls. 406). Tal análise aponta para a existência de sobrepreço e de prejuízo ao erário na contratação.

Como o referido contrato foi assinado em 12/07/2.022 (cf. termo de contrato de fls. 214/219) e que o valor mensal de sobrepreço calculado foi de R\$ 16.899,13, estima-se que o prejuízo ao erário, "efetiva e comprovadamente" (art. 10, *caput*, da LIA, redação dada pela Lei nº 14.230/2.021), em, aproximadamente, oito meses de contrato (julho de 2.022 até fevereiro de 2.023) seja de R\$ 135.193,04 (cento e trinta e cinco mil, cento e noventa e três Reais e quatro centavos).

Todavia, o valor total do prejuízo ao erário pode ser maior, dependendo do tempo que o contrato permanecer vigente e não for suspenso.

Ainda, o pagamento do aluguel com sobrepreço do veículo do contrato impugnado, no período de 04 (quatro) anos (prazo que a legislação fiscal atribui para a vida útil de um veículo oficial e que a Lei nº 8.666/1.993, art. 57, incisos II e IV, permite a prorrogação), totalizará o dano aos cofres públicos no valor de R\$ 1.392.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil Reais) pagos em favor da empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA..

Ainda, não há risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão (C.P.C., art. 300, § 3º), pelo contrário, a suspensão do contrato economizará aos cofres públicos cerca de R\$ 16.899,13 por mês, num total de R\$ 202.789,56 por ano e ainda vai possibilitar que o mesmo dinheiro desviado em favor da LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. seja utilizado na compra de 05 (cinco) viaturas novas e adaptadas para a Guarda Civil de Valinhos, para, efetivamente, fortalecer o sistema de segurança pública municipal.

Face ao exposto, há que se concluir que a situação reclama, pois, urgente solução.

Assim sendo, requer-se a Vossa Excelência a concessão de medida liminar, com fulcro no art. 300 do C.P.C., para decretar a suspensão da vigência e eficácia do Contrato nº 88/2.022, determinando que o MUNICÍPIO DE VALINHOS entregue, imediatamente, a viatura alugada para a empresa LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA., em 05 (cinco) dias, sob pena de responder por crime de desobediência (C.P., art. 330), e imponha a proibição de novos pagamentos em favor da contratada, inclusive os pendentes, sob pena de caracterização

do crime de peculato-desvio (C.P., art. 312, e art. 1º, inc. I, do Decreto-Lei nº 201/67) .

VI -DOS PEDIDOS

Em razão de tudo quanto foi exposto nesta petição inicial, vem requerer o Ministério Público do Estado de São Paulo, através de seu representante legal abaixo assinado, na condição de Promotor de Justiça da Cidadania de Valinhos, nas áreas de improbidade administrativa e patrimônio público, o seguinte:

a) a concessão da medida liminar para a suspensão da vigência e eficácia do Contrato nº 88/2.022, nos termos aduzidos acima;

b) O recebimento da petição inicial, autuando-a juntamente com o incluso Inquérito Civil sob 14.0466.0000796/2022-6 (SEI nº 29.0001.0178007.2022-60);

c) a citação dos requeridos (artigo 17, § 7º, da Lei nº 8.429/1.992, redação dada pela Lei nº 14.230/2.021), para que ofereçam contestação no prazo de 30 (trinta) dias;

d) sejam as intimações do autor (Ministério Público do Estado de São Paulo) feitas pessoalmente, mediante vista, entrega ou disponibilização no Esaj (arts. 180 e 183, § 1º, do C.P.C., e artigo 41, inciso IV, da Lei nº 8.625/1.993);

e) Seja o autor dispensado do pagamento das custas processuais, emolumentos e outros encargos, tendo em vista o disposto no artigo 18, da Lei nº 7.347/85, e artigo 87, da Lei nº 8.078/90, que instrumentalizam o dever de o Ministério Público de defender o patrimônio público imposto pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

f) no mérito, julgar procedente a presente ação para o fim de:

1. Decretar a nulidade da licitação e do Contrato nº 88/2022 (Processo Administrativo nº 7988/2022 – Processo de Compras nº 84/2022 – Pregão Presencial nº 09/2.022), celebrado entre o MUNICÍPIO DE VALINHOS com a LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA.;

2. E, em consequência, condenar os requeridos, solidariamente, ao ressarcimento dos danos ao erário causados pela prática de ato doloso de improbidade administrativa dos valores efetivamente pagos a título de contrato e aditivos em favor da empresa contratada, a ser corrigido com a incidência de juros moratórios e atualização monetária desde as datas dos respectivos pagamentos, que deverá ser revertido a favor da pessoa jurídica de direito público lesada, qual seja, o MUNICÍPIO DE VALINHOS;

3. Declarada, ainda, que a conduta dos requeridos configura ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 10, inciso V, da Lei nº 8.429/1.992;

4. Condenar os requeridos pela prática dos atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário, por violação ao artigo 10, inciso V, e da Lei nº 8.429/1.992, impondo-lhes as sanções previstas no artigo 12, inciso II, da

referida Lei, a serem fixadas à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, incluindo, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, à perda da função da pública, a suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor dos danos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

Por fim, requer sejam os requeridos condenados ao pagamento das custas e despesas processuais.

Protesta provar os fatos alegados através da produção de todo gênero de provas em direito admitidas, em especial pelo depoimento pessoal dos requeridos, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas, juntada de novos documentos, realização de perícias e inspeções judiciais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).

Termos em que,

Pede Deferimento.

Valinhos, 08 de março de 2.023.

TATSUO TSUKAMOTO
2º Promotor de Justiça de Valinhos

Danilo Rodrigues Santana
Analista Jurídico